




Edição 11.175 // Fechamento 20h00

*O jornal mais lido do estado*

# GazetadoParaná

**R$2,00** Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **QUARTA-FEIRA // 11.11.2026 // Cascavel-PR** **www.gazetadoparana.com.br**


# Governo propõe mudar divisão do ICMS entre municípios do Paraná

●Projeto do governo do Paraná prevê **mudanças nos critérios usados para dividir a arrecadação do ICMS** entre os 399 municípios do estado

●O conteúdo específico das alterações propostas pelo Executivo, entretanto, **não foi detalhado durante a leitura do expediente**

●O Governo do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa (Alep) um projeto de lei complementar que pretende modificar as regras de distribuição do ICMS entre os municípios paranaenses. A proposta foi anunciada durante a sessão ordinária de segunda-feira (9), por meio da Mensagem nº 51/2026, e prevê alterações na Lei Complementar nº 249, de 2022, responsável por estabelecer os critérios de participação das prefeituras na arrecadação estadual. A iniciativa coloca novamente em discussão a fórmula utilizada para definir quanto cada um dos 399 municípios paranaenses recebe dos recursos provenientes do imposto. Atualmente, a distribuição considera fatores como atividade econômica, produção agropecuária, população rural, preservação ambiental e desempenho educacional.

Público ● P.3

**DADOS**

●**Um dos aspectos relevantes da legislação atual** é a vinculação de parte dos repasses ao desempenho educacional dos municípios.

## TCE cobra documentos da CPI do Foztrans




Divulgação

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) considerou insuficiente a documentação enviada pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu a partir da CPI do Foztrans e deu dez dias para que os vereadores complementem as informações. A comissão investigou possíveis irregularidades na gestão do Instituto de Transportes e Trânsito (Foztrans), com destaque para a contratação direta, isto é, sem licitação, da Celepar, por R$ 25,4 milhões, para fornecer um sistema de gestão de infrações de trânsito. Por enquanto, o TCE-PR não declara regular a contratação nem descarta atuar no caso. Só depois do prazo, com ou sem resposta da Câmara, o processo volta para a análise do recebimento da representação. No relatório final, a CPI destacou uma diferença de cerca de 33,3% entre o contrato de Foz do Iguaçu e um serviço semelhante contratado por Cascavel, no Oeste do estado, por R$ 19,1 milhões. Público ● P.2



Ontem, as meninas do técnico Márcio Coelho derrotaram o Llaneros da Colômbia por 5 a 1 Assessoria Stein

**NAS SEMIS** Stein Cascavel conquista a terceira vitória de goleada na Libertadores da América e se garante nas semifinais. Esportes ● Pág.6

## SELEÇÃO ESTÁ DE VOLTA A SINGAPURA

Esportes ● Pág.6

## TUBARÃO SE DESPEDE DA SÉRIE B HOJE

Esportes ● Pág.6

## CORITIBA TEM PEQUENO RISCO DE SER REBAIXADO

Esportes ● Pág.6

## SÃO PAULO TEM BONS NÚMEROS NA DEFESA

Esportes ● Pág.6



Divulgação

**Reforma tributária**

### Pedágios podem ficar 5% mais caros em 2027

As tarifas de pedágio nas rodovias concedidas podem ficar cerca de 5% mais caras a partir de 2027, devido à entrada em vigor da primeira etapa da reforma tributária. A estimativa foi apresentada ao governo pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). Até o momento, nenhum aumento foi autorizado.

Público ● P.2



Divulgação

**De Guaraniaçu**

### TJPR: Jucimar Novochadlo é eleito presidente

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) elegeu na segunda (9), o desembargador Jucimar Novochadlo como novo presidente da Corte para o biênio 2027-2028. A escolha ocorreu durante sessão do Tribunal Pleno. O magistrado foi eleito com 87 votos. Jucimar Novochadlo tem 66 anos e será o 52º magistrado a assumir a presidência do TJPR. Público ● P.4

# Público

**Contrato de R$ 25,4 milhões** Tribunal considerou insuficientes as informações sobre a contratação direta da Celepar e pediu documentos para comparar o serviço com o contratado por Cascavel

# TCE cobra documentos da CPI do Foztrans e dá dez dias à Câmara

**BNo relatório final, a CPI estacou uma diferença de cerca de 33,3% entre o contrato de Foz do Iguaçu e um serviço semelhante contratado por Cascavel, no Oeste do estado, por R$ 19,1 milhões**

**GABRIEL PORTA**
Cascavel

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) considerou insuficiente a documentação enviada pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu a partir da CPI do Foztrans e deu dez dias para que os vereadores complementem as informações. A comissão investigou possíveis irregularidades na gestão do Instituto de Transportes e Trânsito (Foztrans), com destaque para a contratação direta, isto é, sem licitação, da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), por R$ 25,4 milhões, para fornecer um sistema de gestão de infrações de trânsito.

Por enquanto, o TCE-PR não declara regular a contratação nem descarta atuar no caso. Só depois do prazo, com ou sem resposta da Câmara, o processo volta para a análise do recebimento da representação.

## O que a CPI apontou

No relatório final, a CPI destacou uma diferença de cerca de 33,3% entre o contrato de Foz do Iguaçu e um serviço semelhante contratado por Cascavel, no Oeste do estado, por R$ 19,1 milhões.

Segundo a comissão, Foz tem uma frota 24% menor que a de Cascavel e registrou apenas 5% mais autuações entre janeiro e setembro de 2025. A CPI também levantou dúvidas sobre a pesquisa de preços e sobre a demonstração de que a contratação direta traria vantagem econômica.



TCE-PR dá 10 dias para Câmara de Foz complementar documentos da CPI do Foztrans Divulgação

## Comparação

Ao analisar o material enviado pela Câmara, o TCE-PR entendeu que a comparação entre os dois contratos não estava bem fundamentada. Para o Tribunal, os valores totais, o tamanho das frotas e o número de autuações não bastam, sozinhos, para mostrar que os serviços são equivalentes. O despacho nº 1658/26, publicado no Diário Eletrônico do TCE-PR de segunda-feira (09), lembra que os sistemas podem diferir em funcionalidades, número de usuários, implantação, integração com outras plataformas, infraestrutura, segurança da informação, manutenção, suporte e forma de remuneração. Segundo o Tribunal, os instrumentos das duas contratações não foram apresentados de modo a confirmar essa equivalência, e não havia análise técnica comparando obrigações, quantidades e critérios de pagamento.

## Documentos que faltaram

O TCE-PR também registrou que a Câmara não enviou o processo administrativo completo da contratação. Não constavam, de forma identificável e organizada: a versão final do estudo técnico preliminar; o termo de referência; o mapa de riscos; a pesquisa de preços; a memória de cálculo do valor estimado; a justificativa final da escolha da Celepar e do preço; a manifestação sobre o atendimento às recomendações do parecer jurídico; a decisão de ratificação da contratação; o contrato, com os anexos técnicos.

Conforme o despacho, a falta desses documentos não permite concluir que eles não existam ou que não tenham sido produzidos na época certa. Mas impede verificar se as ressalvas da Procuradoria Jurídica do Foztrans foram resolvidas antes da contratação. A CPI havia destacado recomendações do Parecer Jurídico nº 39/2025, principalmente sobre a pesquisa de preços, o termo de referência e a demonstração da vantagem econômica da contratação direta.

## O que acontece agora

Depois de receber o relatório da CPI, o TCE-PR reautuou o expediente como representação, tipo de processo em que o Tribunal avalia possíveis irregularidades levadas ao seu conhecimento, e sorteou um relator. Na análise inicial, o conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães apontou que os documentos enviados pela Câmara não traziam elementos suficientes para delimitar todas as possíveis irregularidades.

Por isso, antes de decidir se recebe a representação, ele mandou intimar a Câmara, que terá dez dias para complementar as informações, caso queira dar andamento ao caso. Sobre o contrato com a Celepar, o Tribunal pediu documentos que mostrem se as ressalvas do Parecer Jurídico nº 39/2025 foram atendidas antes da contratação, como foi feita a pesquisa de preços e o que demonstra que o valor é compatível com o mercado. A Câmara também deverá apresentar informações que permitam comparar tecnicamente os contratos de Foz do Iguaçu e de Cascavel.

**O TCE-PR ainda não decidiu se recebe a representação. A Câmara terá dez dias para apresentar documentos sobre a contratação de R$ 25,4 milhões da Celepar**

O relator afirmou que a falta de documentos no material enviado não prova que eles não existam. Disse ainda que, neste momento, não está declarando a regularidade da contratação nem afastando de forma definitiva a possibilidade de atuação do Tribunal.

# Pedágios podem ficar 5% mais caros em 2027 com reforma tributária

**Concessionárias estimam impacto nas tarifas com a entrada da CBS, mas nenhum reajuste foi autorizado; ANTT ainda analisa como os novos impostos serão aplicados aos contratos em cada concessão**

**Gabriel Porta**
Cascavel

●As tarifas de pedágio nas rodovias concedidas podem ficar cerca de 5% mais caras a partir de 2027, devido à entrada em vigor da primeira etapa da reforma tributária. A estimativa foi apresentada ao governo pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), conforme informações publicadas pela Folha de S.Paulo e pelo Poder360. Até o momento, nenhum aumento foi autorizado. A aplicação de eventuais reajustes depende da análise de cada contrato, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ainda não concluiu a regulamentação dos efeitos da reforma sobre as tarifas.

O presidente da ABCR, Marco Aurélio Barcelos, confirmou a projeção à Folha de S.Paulo. Segundo ele, o impacto inicial de 5% está relacionado à primeira fase da mudança no sistema de impostos. Novos aumentos poderão ocorrer conforme as demais etapas forem implementadas. "A tendência é que haja um impacto ainda maior, com alíquotas que podem alcançar até 30% ao final da implementação da reforma", afirmou Barcelos.

## Mudanças nos impostos

A primeira etapa da reforma tributária começa em 1º de janeiro de 2027. Nesse momento, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituirá o PIS e a Cofins. Entre 2029 e 2032, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), de competência municipal, serão substituídos gradualmente pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Para calcular o impacto inicial sobre os pedágios, as concessionárias utilizaram uma alíquota de 8,8% para a CBS. Segundo os cálculos do setor, o novo imposto representaria um custo cerca de 3% superior às economias que as empresas teriam com a reforma. O reajuste de 5% nas tarifas seria necessário para compensar essa diferença. O Tribunal de Contas da União (TCU), no entanto, estabeleceu preliminarmente uma alíquota de 11,3% para a CBS em 2027.

**A estimativa de alta de 5% nos pedágios partiu das concessionárias. Nenhum reajuste relacionado à reforma tributária foi autorizado até o momento**

## ANTT avalia compensação

A reforma tributária prevê a possibilidade de descontar determinados impostos, mas os valores ainda precisam ser calculados pela ANTT. A agência apresentou uma proposta para compensar 60% do impacto líquido apontado pelas concessionárias. A diferença ficaria para uma análise posterior, quando os efeitos da mudança tributária estiverem definidos. A ABCR quer ampliar essa compensação de 60% para 80%. À Folha de S.Paulo, a ANTT informou que já encaminhou uma proposta de metodologia para avaliação do setor, mas ainda não estabeleceu uma data para concluir a regulamentação.



Pedágio pode ficar 5% mais caro com início da reforma tributária em 2027 Divulgação

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também acompanha a discussão. A entidade pediu à ANTT a abertura de uma consulta pública, com prazo de 90 dias, para avaliar os possíveis impactos da reforma sobre os pedágios e os custos logísticos. A federação argumenta que a variação nominal dos tributos não deve ser repassada automaticamente aos preços dos contratos ou às tarifas.

## Reajuste no Paraná

Para os motoristas, o efeito da reforma dependerá das regras de cada contrato de concessão. A estimativa de 5% apresentada pelas empresas não representa um aumento aprovado. Qualquer reajuste precisa passar pela agência reguladora responsável e respeitar as condições contratuais.

Além do impacto direto no bolso de quem utiliza as rodovias, tarifas mais altas podem elevar os custos do transporte de cargas e, consequentemente, pressionar os preços de produtos. No Paraná, nove praças de pedágio administradas pela concessionária EPR Iguaçu tiveram aumento de aproximadamente 6% no último domingo (8). Esse reajuste, no entanto, é distinto da projeção de 5% relacionada à reforma tributária.

**Repasses aos municípios** Projeto do governo do Paraná prevê mudanças nos critérios usados para dividir a arrecadação do ICMS entre os 399 municípios do estado

# Governo propõe mudar divisão do ICMS entre municípios do Paraná

**Executivo ainda não detalhou os critérios que pretende modificar nem o impacto nas receitas**

**DA REDAÇÃO**
Cascavel



Projeto enviado à Alep altera lei que define a distribuição do imposto entre as 399 cidades Alep

●O Governo do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa (Alep) um projeto de lei complementar que pretende modificar as regras de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios paranaenses. A proposta foi anunciada durante a sessão ordinária de segunda-feira (9), por meio da Mensagem nº 51/2026, e prevê alterações na Lei Complementar nº 249, de 2022, responsável por estabelecer os critérios de participação das prefeituras na arrecadação estadual.

A iniciativa coloca novamente em discussão a fórmula utilizada para definir quanto cada um dos 399 municípios paranaenses recebe dos recursos provenientes do imposto. Atualmente, a distribuição considera fatores como atividade econômica, produção agropecuária, população rural, preservação ambiental e desempenho educacional. Mudanças nos pesos desses indicadores podem modificar a participação relativa das cidades nos repasses, com consequências para o planejamento financeiro das administrações municipais.

O conteúdo específico das alterações propostas pelo Executivo, entretanto, não foi detalhado durante a leitura do expediente. A transcrição confirma o encaminhamento da matéria, mas não informa quais dispositivos serão modificados, se haverá redistribuição dos percentuais ou quando as novas regras poderão entrar em vigor.

## Educação na distribuição

Um dos aspectos relevantes da legislação atual é a vinculação de parte dos repasses ao desempenho educacional dos municípios. Desde 2023, o Paraná utiliza o Índice de Qualidade da Educação Paranaense (IQEP) como um dos componentes do cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM), mecanismo que determina a parcela da arrecadação destinada a cada prefeitura. Pelas regras vigentes, o indicador educacional representa 10% da composição do IPM. Seu cálculo considera resultados de aprendizagem, alfabetização, educação integral e fatores sociais, incluindo critérios relacionados à equidade e às condições socioeconômicas dos estudantes.

A política foi estruturada a partir das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, que estabeleceu a necessidade de considerar resultados educacionais na repartição de parte da receita do ICMS. No Paraná, a regulamentação foi consolidada pela Lei Complementar nº 249/2022 e pela Lei Estadual nº 21.359/2023.

O modelo cria uma relação entre indicadores da educação pública municipal e a distribuição de recursos tributários. Isso significa que resultados educacionais passam a integrar, juntamente com outros critérios, a fórmula que determina a participação de cada município na arrecadação. Embora o novo projeto altere a legislação responsável por essa distribuição, ainda não há elementos suficientes para afirmar que o governo pretende modificar especificamente o peso da educação. A confirmação dependerá da análise do texto integral e de seus anexos.

## Como funciona o cálculo

Atualmente, a maior parcela do índice de participação municipal, equivalente a 65%, é determinada pelo Valor Adicionado Fiscal (VAF), indicador relacionado à atividade econômica desenvolvida em cada município. A produção agropecuária responde por outros 8%, enquanto a população rural representa 6%. Além dos 10% associados à qualidade da educação, a legislação reserva 5% ao fator ambiental, 2% às propriedades rurais, 2% ao fator área e 2% ao critério igualitário.

Essa composição procura conciliar diferentes características econômicas, territoriais, ambientais e sociais dos municípios. Cidades com maior atividade econômica tendem a apresentar participação relevante pelo Valor Adicionado Fiscal, enquanto outros indicadores contribuem para a distribuição de recursos entre localidades com perfis distintos.

Por isso, eventuais mudanças na fórmula podem produzir efeitos diferentes conforme as características de cada município. Uma alteração no peso da atividade econômica, por exemplo, não teria necessariamente as mesmas consequências para grandes centros urbanos, municípios industriais e localidades predominantemente rurais.

## Reflexos nas prefeituras

A discussão tem importância direta para as finanças municipais porque a cota-parte do ICMS constitui uma fonte de receita para as prefeituras. Os recursos integram o orçamento das administrações locais e ajudam a financiar serviços públicos e investimentos.

No Oeste do Paraná, municípios com diferentes perfis econômicos, como Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e cidades de menor porte, participam da distribuição conforme os índices definidos pela legislação estadual. Uma eventual revisão dos critérios exigirá a análise individualizada dos efeitos sobre cada localidade.

A existência de um projeto para alterar a lei, contudo, não permite concluir que determinados municípios serão beneficiados ou prejudicados. Para estabelecer essas consequências, será necessário conhecer os novos percentuais, as regras de transição e, preferencialmente, simulações elaboradas a partir dos dados utilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda. Também será importante verificar se a proposta estabelece mecanismos para evitar oscilações bruscas nas receitas municipais, especialmente nas localidades que apresentam maior dependência das transferências estaduais.

**PROJETO NA ALEP**

### COMO é dividido o ICMS entre os municípios

**A legislação atual estabelece os seguintes pesos para o cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM):**

- **65%:** Valor Adicionado Fiscal, ligado à atividade econômica
- **10%:** qualidade da educação
- **8%:** produção agropecuária
- **6%:** população rural
- **5%:** fator ambiental
- **2%:** propriedades rurais
- **2%:** fator área
- **2%:** critério igualitário

## Tramitação na Alep

O projeto anunciado nesta segunda-feira deverá passar pelo processo legislativo antes de eventual aprovação. Durante a análise parlamentar, poderão ser examinadas a justificativa apresentada pelo Executivo, a compatibilidade das mudanças com a Constituição e os possíveis efeitos financeiros sobre os municípios.

Entre os pontos que ainda precisam ser esclarecidos estão a motivação da alteração, os indicadores atingidos, a existência de estimativas de impacto e a data prevista para aplicação das novas regras.

A proposta chega em um momento em que os municípios já utilizam indicadores educacionais, econômicos e ambientais para acompanhar sua participação nos repasses estaduais. Qualquer mudança nesses parâmetros poderá exigir adaptações no planejamento das receitas futuras.

O principal ponto em aberto é saber se o Executivo pretende apenas realizar ajustes técnicos na legislação ou modificar a distribuição dos recursos entre as prefeituras. Essa distinção será determinante para avaliar o alcance da proposta encaminhada à Assembleia Legislativa.

# Deputado compara pessoas trans a pacientes de antigo manicômio

**Declaração de Ricardo Arruda contra Erika Hilton levou Ana Júlia Ribeiro a cobrar providências da Mesa Diretora por possível quebra de decoro parlamentar durante sessão nesta segunda-feira (9)**

**Da redação**
Cascavel

●O deputado estadual Ricardo Arruda (PL) provocou uma reação no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), na segunda-feira (9), ao comparar pessoas trans a pacientes que, segundo ele, deveriam receber tratamento em instituições psiquiátricas. Durante um pronunciamento contra a deputada federal Erika Hilton, Arruda mencionou o Hospital do Juquery, antigo manicômio localizado em Franco da Rocha, na Grande São Paulo, cuja história é marcada por superlotação, segregação e denúncias de maus-tratos. A declaração levou a deputada Ana Júlia Ribeiro (PT) a cobrar providências da Mesa Diretora por possível quebra de decoro parlamentar.

A referência ao Juquery não foi feita de maneira isolada. Ao criticar Erika Hilton (PSOL-SP), Arruda utilizou expressões ofensivas, negou sua identidade de gênero e afirmou que a parlamentar continuaria sendo homem mesmo depois da morte. Em seguida, estabeleceu uma comparação entre pessoas trans e indivíduos que acreditariam ser animais, recorrendo ao antigo modelo de internação manicomial como exemplo de tratamento. "Na minha época, se alguém acordava de um jeito, deputado Hussein, e achasse que era um cachorro ou um homem acha que é mulher, a gente mandava lá no... Tinha um hospital em São Paulo que era o Juquiri ou o Charcot, que era pra louco, a gente tratava com remédio isso", declarou.

A instituição mencionada pelo deputado é conhecida como Hospital do Juquery, um dos mais importantes e controversos estabelecimentos psiquiátricos da história brasileira. Embora Arruda não tenha defendido expressamente a reabertura de manicômios, sua fala associou a identidade trans a uma condição que, no passado, seria encaminhada a esse tipo de estabelecimento.

## O manicômio citado

Inaugurado em 1898, o Asilo de Alienados do Juquery foi concebido pelo médico Francisco Franco da Rocha e projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo. Instalado em uma extensa área na região metropolitana de São Paulo, nasceu como um empreendimento considerado moderno para os padrões médicos da época. Sua proposta inicial combinava atendimento psiquiátrico, isolamento e atividades agrícolas, seguindo modelos europeus de tratamento.



Arruda defendeu internamento manicomial para pessoas trans Valdir Amaral

Com capacidade inicial de aproximadamente 800 leitos, o estabelecimento cresceu rapidamente e passou a receber não apenas pessoas com transtornos mentais, mas também indivíduos considerados incapazes de se adaptar às exigências sociais da época. A instituição tornou-se parte de um sistema no qual a internação poderia significar anos ou décadas de afastamento da família e da sociedade

Segundo o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o hospital ultrapassou sua capacidade já em 1909. Nas décadas seguintes, a situação se agravou. Entre os anos 1960 e 1970, o complexo chegou a abrigar aproximadamente 15 mil internos, transformando-se em um dos maiores estabelecimentos psiquiátricos do país.

A superlotação foi acompanhada por denúncias de maus-tratos, precariedade das instalações e problemas administrativos. A Unicamp registra que, na década de 1980, denúncias de violência contra pacientes e desvios de recursos eram frequentes.

**O Juquery chegou a abrigar aproximadamente 15 mil pessoas e ficou marcado por superlotação, denúncias de maus-tratos e internações prolongadas**

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) descreveu o Juquery como um símbolo da ascensão e da queda do modelo de asilamento psiquiátrico brasileiro. Uma reportagem publicada pela Folha de S.Paulo em 1998, quando a instituição completou cem anos, registrou problemas de higiene, alimentação inadequada e a permanência de pessoas que já haviam recebido alta clínica, mas continuavam internadas.

**Biênio 2027-2028** Magistrado recebeu 87 votos e será o 52º presidente da Corte paranaense; eleição também definiu os nomes da nova cúpula diretiva do Tribunal

# Desembargador Jucimar Novochadlo é eleito presidente do TJPR

A escolha ocorreu durante sessão do Tribunal Pleno, na qual também são definidos os demais integrantes da cúpula diretiva que estará à frente da instituição nos próximos dois anos

*Cascavel*
**ELIANE ALEXANDRINO**


Desembargador de Guaraniaçu será o 52º presidente do TJPR Divulgação

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado do Paraná (TJPR) elegeu na segunda (9), o desembargador Jucimar Novochadlo como novo presidente da Corte para o biênio 2027-2028. A escolha ocorreu durante sessão do Tribunal Pleno, na qual também são definidos os demais integrantes da cúpula diretiva que estará à frente da instituição nos próximos dois anos. O magistrado foi eleito em primeiro escrutínio, com 87 votos. Já o desembargador Marcel Guimarães Rotoli de Macedo recebeu 44 votos.

Jucimar Novochadlo tem 66 anos e será o 52º magistrado a assumir a presidência do TJPR. "A eleição terminou. A partir de agora, não existem vencedores e vencidos. Existe um único tribunal que pertence a todos nós. Não somos mais grupos defendendo candidaturas. Somos magistrados e magistradas unidos por uma missão maior: fortalecer a Justiça, preservar a dignidade da nossa instituição e servir cada vez melhor à sociedade paranaense", declarou o presidente eleito. "Quero exercer uma liderança que aproxime, que construa consenso sem abrir mão das convicções e que saiba reconhecer em cada magistrado, magistrada, servidor e servidora, uma parte indispensável da força do nosso tribunal", completou o desembargador.

A atual presidente do TJPR, desembargadora Lidia Maejima, desejou boa sorte aos eleitos e enalteceu o processo eleitoral. "A livre manifestação do voto e o respeito à decisão colegiada reafirmam o compromisso deste Tribunal de Justiça com os princípios democráticos que regem a sua vida institucional. Que todos os eleitos tenham uma gestão profícua à frente do Judiciário paranaense e coloco-me à disposição para conduzir, em diálogo com a futura gestão, uma transição transparente e colaborativa".

## Trajetória

Jucimar Novochadlo é natural de Guaraniaçu, no Paraná, e graduou-se em Direito pela Universidade Católica do Paraná, em 1982. Iniciou sua trajetória profissional como servidor concursado do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), onde atuou de setembro de 1980 a julho de 1989. Ingressou na magistratura em julho de 1989, como juiz substituto da Comarca de Guarapuava. A partir de junho de 1990, passou a exercer o cargo de juiz de Direito nas comarcas de Palmital, Santa Helena, Jandaia do Sul, Pitanga e Londrina. Em setembro de 2004, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná e, em dezembro do mesmo ano, ascendeu ao cargo de desembargador do TJPR.

No âmbito da Justiça Eleitoral, exerceu os cargos de vice-presidente e corregedor do TRE-PR, a partir de fevereiro de 2014, e de presidente da Corte Eleitoral em 2015. Desde agosto de 2025, integra os Conselhos Diretores do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) e do Fundo de Justiça (Funjus) do TJPR. Atualmente, é membro do Órgão Especial do TJPR, contando com mais de 37 anos de carreira na magistratura.

## Nova cúpula diretiva

Além da presidência, a sessão do Tribunal Pleno definiu os demais integrantes da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) para o biênio 2027-2028. Para a 1ª Vice-Presidência, foi eleito o desembargador Rogério Luis Nielsen Kanayama. Já a 2ª Vice-Presidência ficará a cargo do desembargador Roberto Portugal Bacellar. Em suas manifestações, os eleitos agradeceram os votos recebidos e reafirmaram o compromisso com a nova gestão. "Com relação ao cargo que vou exercer, prometo empenho, como sempre fiz em minha carreira e em outros cargos administrativos, para contribuir com o Tribunal de Justiça e com todos os novos eleitos que assumem no ano que vem", afirmou o desembargador Rogério Kanayama.

O novo 2º vice-presidente, Roberto Portugal Bacellar, também destacou a importância do trabalho conjunto. "Tenho muito orgulho de poder fazer parte dessa nova cúpula. Sou mais uma peça nessa engrenagem. Estamos juntos para manter o que a cúpula atual fez: colocar o Tribunal de Justiça no seu merecido local de destaque", declarou.

A Corregedoria-Geral da Justiça ficará sob a responsabilidade do desembargador Fábio André Santos Muniz, enquanto a função de corregedor será exercida pelo desembargador Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra. Os dois também agradeceram a votação e desejaram êxito aos integrantes da nova administração. "Gostaria de cumprimentar a todos que tiveram disposição em participar deste pleito. Aos eleitos, desejo um bom trabalho e que tudo o que seja feito seja em prol dos jurisdicionados, do Tribunal de Justiça, da Magistratura e do Poder Judiciário", destacou o desembargador Fábio Muniz.

O corregedor eleito, Gil Guerra, ressaltou que o sucesso da nova administração refletirá diretamente na instituição. "O êxito das gestões de todos os eleitos representará o êxito do nosso Tribunal. É isso que nós queremos: que nosso Tribunal esteja cada vez mais à frente da condução da Justiça dentro do Estado brasileiro", afirmou. Também foram eleitos o desembargador José Américo Penteado de Carvalho, para o cargo de ouvidor-geral, e o desembargador Humberto Luiz Carapunarla, para a função de ouvidor.

## Conselho da Magistratura

A sessão também definiu os integrantes do Órgão Especial do TJPR e do Conselho da Magistratura, órgãos que exercem funções relevantes na estrutura administrativa e jurisdicional do Tribunal.

Foram eleitos para compor o Órgão Especial os desembargadores Luiz Osório Moraes Panza, Lilian Romero, José Camacho Santos, Luciano Carrasco Falavinha Souza, Hamilton Rafael Marins Schwartz, Sergio Luiz Kreuz, Irajá Pigatto Ribeiro, Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, Jaqueline Allievi e Octavio Campos Fischer. O desembargador Cláudio Smirne Diniz também foi escolhido para integrar o colegiado, enquanto Jorge de Oliveira Vargas ficou como suplente.Para o Conselho da Magistratura, foram eleitos os desembargadores Fernando Antonio Prazeres, Angela Maria Machado Costa, Victor Martim Batschke e Carlos Henrique Licheski Klein.

**ELEIÇÃO NO TJPR**

### O resultado completo das eleições

**Presidente**
Des. Jucimar Novochadlo – 87 votos (eleito)
Des. Marcel Guimarães Rotoli de Macedo - 44 votos

**1º Vice-Presidente**
Des. Rogério Luis Nielsen Kanayama – 53 votos (eleito)
Des. Fábio Haick Dalla Vechia – 40 votos
Des. Domingos José Perfetto – 38 votos

**2º Vice-Presidente**
Des. Roberto Portugal Bacellar – 70 votos (eleito)
Des. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira – 58 votos

**Corregedor-geral da Justiça**
Des. Fábio André Santos Muniz – 73 votos (eleito)
Des.ª Ana Lúcia Lourenço – 58 votos

**Corregedor**
Des. Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra – 64 votos (eleito)
Des. Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca – 39 votos
Des. Ruy Alves Henriques Filho – 27 votos

**Ouvidor-geral**
Des. José Américo Penteado de Carvalho (candidato único eleito) – 113 votos

**-Ouvidor**
Des. Humberto Luiz Carapunarla (candidato único eleito) – 126 votos

# TJPR envia projeto para reorganizar cargos comissionados

O TJPR enviou à Assembleia projeto que muda cargos e funções comissionadas, mas ainda não detalha o impacto financeiro da proposta

**Da Redação**
Cascavel

●O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) encaminhou à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) um novo projeto de lei que prevê a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas, além de alterações em diferentes dispositivos da legislação estadual. A proposta foi anunciada durante a leitura do expediente da sessão ordinária de segunda-feira (9), por meio do Ofício nº 2.830/2026, enviado pelo Judiciário. A iniciativa abre uma nova discussão sobre a organização administrativa do Tribunal, que já apresentou outras propostas de reestruturação de seu quadro de pessoal ao longo de 2026. Embora a leitura em plenário confirme o encaminhamento da matéria, não foram detalhados o número de cargos envolvidos, as mudanças nas remunerações ou os possíveis reflexos financeiros da reorganização.

## Mudanças na estrutura

De acordo com o expediente lido na Assembleia, o projeto altera diversas leis estaduais, transforma cargos em comissão e funções comissionadas e estabelece outras providências. A descrição indica uma proposta de reorganização administrativa, mas não permite determinar, isoladamente, quais setores serão atingidos ou se haverá ampliação do número de postos. A distinção é relevante porque cargos em comissão e funções comissionadas possuem características diferentes. Os primeiros são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento e podem admitir nomeações sem concurso público, nos limites constitucionais. Já as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos. A transformação dessas estruturas pode envolver alterações de nomenclatura, atribuições, níveis de responsabilidade e remuneração. Para verificar o alcance da proposta, será necessário examinar o texto integral e seus anexos, especialmente os quadros comparativos entre a estrutura existente e a pretendida.



TJ encaminha projeto para transformar cargos comissionados no Paraná TJPR / Divulgação

## Histórico de reorganizações

O encaminhamento ocorre depois de outras iniciativas semelhantes apresentadas pelo Tribunal de Justiça ao Legislativo estadual. Em 2026, o Projeto de Lei nº 476 tratou da criação e transformação de cargos em comissão e funções comissionadas em setores administrativos do Judiciário, incluindo as secretarias de Gestão de Pessoas, Finanças e Planejamento.

Durante a tramitação dessa proposta, uma emenda suprimiu dispositivos relativos à criação de funções comissionadas no Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional. Segundo informações divulgadas pela Assembleia, a alteração foi sugerida pelo próprio Tribunal diante da necessidade de aprofundar os estudos sobre o assunto. Outra proposta, o Projeto de Lei nº 1/2026, promoveu ajustes na organização administrativa e no quadro de pessoal do Judiciário, incluindo alterações em funções comissionadas e cargos em comissão. Na justificativa daquela matéria, o Tribunal sustentou que as mudanças tinham caráter técnico-administrativo e não implicariam aumento das despesas públicas. Esses antecedentes demonstram que a reorganização do quadro de pessoal do TJPR tem sido objeto de sucessivas iniciativas legislativas. Entretanto, as justificativas e estimativas financeiras apresentadas em projetos anteriores não podem ser automaticamente estendidas à nova proposta.

## Impacto financeiro

Um dos principais pontos a serem esclarecidos é se a transformação dos cargos produzirá impacto sobre a folha de pagamento do Judiciário estadual. A simples mudança de denominação ou atribuições não significa necessariamente aumento de despesas, mas alterações de quantitativos, níveis remuneratórios ou gratificações podem modificar os custos da estrutura administrativa. Também será importante verificar se a proposta extingue cargos existentes para criar outros, se mantém o quantitativo total de postos e quais critérios serão utilizados para a reorganização. Essas informações são fundamentais para avaliar a justificativa administrativa e a compatibilidade da medida com o planejamento orçamentário do Tribunal. O projeto anunciado nesta segunda-feira ainda precisa ser examinado em sua íntegra para que seja possível estabelecer essas diferenças.

RESIDENCE

LAZER E PRATICIDADE
PARA EXPLORAR
SUAS POSSIBILIDADES

AMEXCON

PISCINA COBERTA
E AQUECIDA

ESPAÇO KIDS

BEACH TENNIS

+ SUPERMERCADO
FESTVAL

ISTO É
SQUARE
LIFE CENTER

squarelifecenter.com.br

Fale com seu corretor.

SR CONSTRUTORA DESDE • 1997

IGUASSU ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

VASTO Engenharia

**Seleção Brasileira** O time comandado por Carlo Ancelotti fará dois jogos contra Japão e Singapura. O primeiro deles será no sábado (14)

# Seleção Brasileira volta a Singapura após sete anos

**Em sua primeira visita a Singapura, o Brasil enfrentou o Japão no dia 11 de outubro de 2014. Na ocasião, iniciava um novo ciclo após o fisco do Mundial em casa naquele ano**


O Brasil já está trabalhando em Singapura Rafael Ribeiro/CBF

**DAS AGÊNCIAS**
São Paulo

● A Seleção Brasileira está em Singapura para a disputa de dois amistosos da Data Fifa de novembro, contra os donos da casa e o Japão. Esta é a terceira vez que a Amarelinha utiliza o país asiático como sede de seus jogos. Antes, a equipe disputou partidas no local em 2014 e 2019.

Em sua primeira visita a Singapura, o Brasil enfrentou o Japão no dia 11 de outubro de 2014. Na ocasião, iniciava um novo ciclo após o fisco do Mundial em casa naquele ano. Sob o comando de Dunga, a Seleção contou com uma atuação histórica de Neymar. Além de capitão, o camisa 10 marcou os quatro gols da goleada por 4 a 0. Com o desempenho, Neymar se tornou o oitavo jogador a marcar pelo menos quatro gols em uma mesma partida pela Amarelinha contra seleções nacionais. Ele se juntou a Evaristo de Macedo, Zizinho, Ademir Menezes, Julinho Botelho, Zico, Careca e Romário.

A Seleção voltou a Singapura cinco anos depois, desta vez para enfrentar Nigéria e Senegal. Ambos os confrontos terminaram empatados em 1 a 1. Na primeira partida, Roberto Firmino marcou o gol brasileiro. No segundo duelo, Casemiro foi o autor do tento da Amarelinha.

Todas as partidas foram realizadas no Estádio Nacional de Singapura, que também receberá os amistosos desta Data Fifa de novembro. O local tem capacidade para 55 mil torcedores e já foi palco de jogos de pré-temporada de clubes como Arsenal, Chelsea, Bayern de Munique, Inter de Milão, Atlético de Madrid, Paris Saint-Germain, Manchester United, Juventus, Tottenham, Liverpool e Milan.

### Amistosos do Brasil

No próximo sábado (14), o Brasil enfrentará o Japão, às 7h15 (de Brasília), em um reencontro após o confronto das oitavas de final da última Copa do Mundo. Três dias depois, na terça-feira (17), a Seleção encara Singapura pela primeira vez na história, às 7 horas (de Brasília).

**NÚMERO**

**16**

Este próximo duelo será o 16º entre as seleções. O histórico contabiliza 12 vitórias brasileiras, dois empates e um triunfo japonês. A Amarelinha marcou 39 gols e sofreu nove. **Endrick espera um novo confronto difícil**

### Endrick

Jovem, mas já com vasta experiência na Seleção Brasileira, o atacante Endrick destacou sua vontade de sempre defender a Amarelinha. Seja pela equipe Olímpica, seja pela categoria Principal. Em entrevista coletiva ontem (10), ele comentou a boa relação com o técnico das Seleções Sub-20 e Pré-Olímpica, Paulo Victor, com quem trabalhou no Palmeiras, e o seu desejo de representar o seu país até a sua aposentadoria. "Estou aqui para jogar pelo Brasil. Tenho uma amizade com o Paulo Victor, que é o treinador dessa próxima Olimpíada, tive a oportunidade de estar com ele na primeira Copinha com o Palmeiras. Para onde eu for chamado, eu vou, porque vou estar defendendo a Seleção, independente de ser a Olímpica ou a Principal, em todas as oportunidades que eu tiver para defender a Seleção, em toda a minha carreira, até eu me aposentar", disse. "Não tem coisa melhor do que estar na Seleção. Jogar pela Seleção é o meu maior carinho, é a minha maior alegria. Espero sempre poder ajudar a Seleção", acrescentou.

Embora tenha apenas 20 anos, Endrick carrega no currículo a participação na Copa América de 2024 e da Copa do Mundo deste ano. Nesta Data FIFA, é o quarto com mais jogos. Empatado com o zagueiro Gabriel Magalhães, atuou em 24 partidas e está atrás apenas de Raphinha (43), Bruno Guimarães (51) e Vinícius Jr (57).

Entre os dois compromissos desta convocação, está o reencontro entre Brasil e Japão, adversários nas oitavas de final da Copa. Endrick, naquela partida, entrou logo após o intervalo e foi importante para a classificação à fase seguinte. "Aquele jogo contra o Japão foi bem especial. Infelizmente teve a lesão do Paquetá e eu pude entrar no segundo tempo. A gente estava atrás do placar, mas conseguiu reverter e trazer a classificação para o Brasil. Aquele foi mais um passo que tive na minha carreira, na Seleção. Foi um momento muito especial para mim e também para minha família, que não esperava que eu entrasse no segundo tempo. Pude entrar e ajudar a minha equipe", lembrou.

**Opine**
gazetaparana.com.br
leitor@gazetaparana.com.br


JP Pacheco

BRASILEIRÃO

## Coritiba tem 2,4% de risco de rebaixamento

●O Coritiba tem 2,4% de risco de rebaixamento no Campeonato Brasileiro de 2026, segundo levantamento do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Após 34 rodadas, o Coxa aparece entre as equipes com menor probabilidade de queda e também mantém chances de disputar a Copa Sul-Americana na próxima temporada. A Chapecoense já está matematicamente rebaixada. De acordo com o estudo, o Remo aparece com 99,92% de risco de queda, seguido por Grêmio (55,2%), Corinthians (51,1%), Vitória (37,9%), Internacional (37,5%) e Mirassol (13,5%). O Coritiba tem 2,4%, enquanto o Vasco registra 1,6% e o Botafogo, 0,93%. Além de projetar a disputa contra o rebaixamento, o levantamento também calcula as possibilidades de classificação para competições internacionais. Atualmente, o Coritiba tem 18,5% de chances de conquistar uma vaga na Copa Sul-Americana de 2027. O estudo apresenta diferentes cenários de pontuação para a reta final. Com duas vitórias nas quatro partidas restantes, o Coxa chegaria aos 48 pontos e teria 62,8% de probabilidade de garantir uma vaga no torneio continental. A pontuação também influencia diretamente o risco de rebaixamento. Caso perca os quatro compromissos restantes e termine com os atuais 42 pontos, o Coritiba teria 55,7% de possibilidade de queda, segundo a projeção. Com um empate, chegaria a 43 pontos e reduziria o risco de rebaixamento para 23%. Dois empates, que levariam a equipe aos 44 pontos, diminuiriam a probabilidade para 4,8%. Já com 45 pontos, a projeção aponta 99% de chances de permanência na Série A. O time paranaense terá dois compromissos em casa e dois fora de seus domínios até o encerramento do Campeonato Brasileiro. A sequência começa contra o Santos, no Couto Pereira. Depois, o Coxa enfrenta o Bahia como visitante, recebe o Flamengo e encerra a participação na competição diante do Palmeiras, fora de casa. A equipe busca somar pontos para confirmar a permanência na elite e, dependendo dos resultados, ainda poderá disputar uma vaga em competição continental.

# Londrina se despede da Série B em casa nesta quarta contra o Náutico

**O Tubarão foi um dos rebaixados e irá disputar a Série C no ano que vem**

**Da redação**
Cascavel

●O futebol paranaense terá representantes nas quatro divisões nacionais no ano que vem, justamente como ocorreu em 2026. Mas ocorreu uma troca. Nesta temporada, o Maringá, campeão da Série C do Brasileiro, conquistou o acesso e irá disputar a Série B nacional pela primeira vez no ano que vem. E o Londrina amargou o rebaixamento. O Tubarão havia conquistado o acesso da C para a B no ano passado. Foi o vice-campeão da terceirona e perdeu o título da Série C para a Ponte Preta. E volta para a Série C justamente ao lado da Macaca. O América-MG foi o terceiro rebaixado de maneira antecipada.

A fase classificatória da Série B termina essa semana e o Tubarão fará um jogo melancólico contra o Náutico. A última rodada será aberta nesta quarta-feira (11) e o Londrina joga contra o time nordestino às 19 horas, no VGD. Na tabela, o Tubarão é o 18º colocado com 32 pontos e pode até terminar a competição na vice-lanterna. Para isso, precisa pontuar no jogo desta quarta. Se for derrotado pode ser ultrapassado pelo América-MG, que joga no sábado (14) contra o Avaí.

Nesta quinta (12) a rodada tem mais dois jogos. O também paranaense Operário, que está no meio da tabela com 54 pontos, visita a lanterninha Ponte Preta, às 19 horas. O jogo também marca a despedida da Macaca da Série B. No mesmo dia, outro jogo que não interfere na tabela. São Bernardo e Athletic jogam às 20 horas.

**NÚMERO**

**2**

Duas equipes ainda correm **riscos de rebaixamento** na Série B. O Ceará o 16º colocado com 43 pontos, três a mais que o Avaí, 17º, com 40


O Londrina se despede da Série B Divulgação LEC

### Sobrevivência

A última rodada da Série B será concluída no sábado. Além de definir os times que conquistam o acesso direto e os quatro que vão disputar os playoffs, a rodada definirá o último rebaixado. Ponte Preta, América-MG e Londrina já caíram. Ceará e Avaí estão na luta pela sobrevivência. A situação é um pouco mais dramática para o time catarinense, 17º colocado com 40 pontos. Na penúltima rodada, o Avaí venceu o São Bernardo por 2 a 1 e só se manteve vivo porque o Ceará perdeu para o América-MG em casa por 1 a 0. Na última rodada, no sábado, o Avaí pega o América-MG. E o Ceará, 16º com 43, pontos visita o CRB, às 16h30. Se o Avaí vencer e o Vozão perder, o quarto rebaixado será o Ceará. Ou seja, terá que pontuar para evitar a queda. O detalhe é que, na última rodada, o Ceará terá pela frente uma equipe que busca uma vaga no G-6. Hoje, o CRB é o sexto colocado com 58 pontos. E quer a vitória para ir aos playoffs.


Rubens Chiri

BRASILEIRÃO

## Números: São Paulo apresenta defesa de G-4

● Mesmo ocupando apenas a décima colocação do Campeonato Brasileiro, o São Paulo apresenta números defensivos que se destacam entre as principais equipes da competição. O Tricolor tem a terceira melhor defesa do torneio, com 39 gols sofridos, atrás somente de Palmeiras e Flamengo. O rival alviverde lidera o ranking defensivo, com apenas 23 gols concedidos, enquanto o Rubro-Negro aparece na segunda posição, com 29. O desempenho são-paulino também supera o de equipes que atualmente integram o G4 do Brasileirão. Para efeito de comparação, o Cruzeiro, que ocupa a terceira posição, sofreu 48 gols, enquanto o Fluminense, quarto colocado, foi vazado em 42 oportunidades. Ambos apresentam números inferiores aos do São Paulo no quesito defensivo. A estatística evidencia um dos pontos positivos da campanha tricolor na competição. Apesar de não conseguir transformar a solidez defensiva em uma posição mais alta na tabela, a equipe demonstra capacidade de competir defensivamente com os principais times do campeonato. Por outro lado, a equipe comandada por sua comissão técnica apresenta dificuldades no setor ofensivo. Com 39 gols marcados em 34 partidas, o São Paulo tem o pior ataque entre os dez primeiros colocados do campeonato. Atlético-MG e Red Bull Bragantino, sétimo e oitavo colocados, respectivamente, já balançaram as redes 44 vezes cada, enquanto o Santos, nono, soma 50 gols. O contraste entre os setores ajuda a explicar a décima posição tricolor. Apesar da consistência defensiva, o baixo poder de fogo limita a capacidade da equipe de conquistar resultados mais expressivos. Com 39 gols marcados e 39 sofridos, o São Paulo também apresenta saldo zerado após 34 rodadas. Durante a pausa do Brasileirão para a última Data Fifa de 2026, o São Paulo terá um compromisso amistoso para manter o ritmo de jogo. Na próxima sexta-feira, dia 13 de novembro, a equipe enfrenta o Noroeste, às 20 horas, no Estádio Alfredo de Castilho, em Bauru (SP).

# Stein garante vaga nas semifinais da Libertadores

**Luciano Neves**
Cascavel

● Eis um problemão para o técnico Márcio Coelho resolver. A defesa do Stein Cascavel não está mais intacta na Libertadores da América de futsal feminino. O time sofreu o primeiro gol na competição e foi vazado pela equipe do Llaneros da Colômbia na terceira rodada.

Quem lê pensa que foi o 'fim do mundo' ter sofrido esse golzinho. É claro que o treinador vai usar o lance como referência para evitar problemas futuros. Mas no jogo contra as colombianas, o ataque foi efetivo mais uma vez. Nova vitória de goleada, desta vez, por 5 a 1. A defesa do Stein foi vazada pela primeira vez nesta edição depois de o time de Márcio Coelho estar vencendo por 5 a 1. O belo gol marcado por Apraez, jogadora do Llaneros, foi só o terceiro com o Stein sofreu em três edições da Libertadores. Ou seja, três gols sofridos em quinze jogos. Na campanha do primeiro título, em 2023, o Stein foi campeão com 100% de aproveitamento: seis vitórias em seis jogos e não tomou gols.

Já na campanha do bicampeonato, em 2024, mais uma campanha com 100% de aproveitamento: seis vitórias em seis jogos. Mas, naquela edição, o Stein sofreu apenas dois gols do Always Ready, da Bolívia, nas semifinais. E depois comemorou o bicampeonato com uma vitória de 5 a 0 sobre o Racing.


O Stein tem 100% de aproveitamento Assessoria Stein

Nesta Libertadores da América, que está sendo disputada em Buenos Aires, na Argentina, o time chegou à sua 15ª vitória na Libertadores. O Stein segue com 100% de aproveitamento e lidera o Grupo B com nove pontos. Com isso, garantiu a classificação antecipada para as semifinais. E confirmou a liderança antecipada mesmo tendo um jogo para cumprir. Nesta quarta-feira (11), o Stein Cascavel fecha a primeira fase contra o Exa Ysaty, do Paraguai, às 14h30.

Na goleada de ontem, Giovanna, Camilinha, Jaque Nunes, Flávia e Luana marcaram para o Stein. E Apraez marcou o gol de honra do Llaneros, que está eliminado da Libertadores e cumpre tabela na última rodada.

## Publicidade Legal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
**SAUDADE DO IGUAÇU**
ESTADO DO PARANÁ

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.207/2026**
**PROCESSO Nº 120/2026**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 33/2026-PMSI**

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

**1. OBJETO**
Aquisição de Larvicida Biológico.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA**

A presente aquisição justifica-se pelo aumento da população de borrachudos no Município de Saudade Do Iguaçu, evidenciado pelas constantes reclamações dos munícipes quanto aos transtornos e desconfortos causados por esses insetos.
Diante disso, faz-se necessária a aquisição de larvicida biológico (BTI) com cepa AM 65-52 na qual é avaliada e recomendada pela OMS para aplicação em nascentes, córregos, rios, lagos e cachoeiras do Município, visando ao controle das larvas e à redução da proliferação de borrachudos, contribuindo para o bem-estar da população.
A escolha da contratada ocorreu com base na proposta de menor preço apresentada, considerando o atendimento às especificações técnicas e às condições estabelecidas pela Administração, buscando garantir a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

**4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**
**4.1 FORNECEDOR**
C. A. VIECELLI LTDA, CNPJ nº 32.404.978/0001-05.

| ITEM | QUANT. | DESCRIÇÃO | UN | VALOR UNT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 5 | Larvicida Biológico para controle de borrachudos – BTI (Bacillus Thuringiensis Israelenses). Formulação do tipo suspensão aquosa concentrada, contendo no mínimo 1,2% de princípios ativo, com potência mínima de 1.200 UTI/mg (unidades tóxicas internacionais por miligrama). Sorotipo H14. O produto deverá ter registro na ANVISA e sua CEPA avaliada e reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – Cepa AM65-52. A embalagem deverá ser de 10 litros, com lacre interno e externo, validade mínima de 12 (doze) meses. | UN | R$ 2.400,00 | R$ 12.000,00 |

**4.2 FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**5. HABILITAÇÃO**

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

**6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS**

**6.1** Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Ação: 18.541.0021.2.058 – Atividades de Preservação e Conservação Ambiental
Despesa: 3.3.90.30.99.99 – Outros Materiais de Consumo
Principal: 634 Despesa: 6644
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres) – Superávit

**7. DO PRAZO DE ENTREGA**
O produto deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da emissão da Nota de Empenho.

Saudade do Iguaçu/PR, 10 de novembro de 2026.

**ROGERIO GALLINA**
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
**SAUDADE DO IGUAÇU**
ESTADO DO PARANÁ

**GABINETE DO PREFEITO**

**RATIFICAÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026-PMSI**

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 33/2026-PMSI, cujo objeto é a aquisição de Larvicida Biológico, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa C. A. VIECELLI LTDA, CNPJ nº 32.404.978/0001-05, com sede na cidade de Cascavel/PR, pelo valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Saudade do Iguaçu/PR, 10 de novembro de 2026.

**ROGERIO GALLINA**
*Prefeito Municipal*


















# HORÓSCOPO

**Áries (21/03 - 20/04)**
Convites de viagem, estudos e conexões com pessoas de outros lugares trarão entusiasmo e vontade de ir mais longe. Renove a autoconfiança e dê o primeiro passo rumo a um sonho antigo. Um imprevisto poderá mudar a agenda e pedir flexibilidade. No amor, desejo e carinho andarão juntos, surpreenda o par com uma proposta original e esquente o clima!

**Touro (21/04 a 20/05)**
Dinheiro compartilhado, investimentos e impostos entrarão em pauta. Uma despesa fora do previsto poderá exigir ajustes nas contas e inspirar uma ideia para ganhar mais. Na carreira, mudanças em andamento favorecerão seus planos. Confira condições antes de fechar um negócio. Na vida íntima, conversas francas aumentarão a confiança e a cumplicidade.

**Gêmeos (21/05 a 20/06)**
O par ou um sócio surpreenderá com uma proposta diferente. Ouça sem pressa, sua vontade de liberdade e a vida a dois poderão caminhar juntas. Amigos de longa data darão conselhos valiosos e ajudarão a olhar para a situação com mais calma. A conversa ficará mais solta no amor, uma paquera poderá esquentar. Prazeres diferentes e cheiro de novidade no ar!

**Câncer (21/06 a 22/07)**
O trabalho fluirá melhor com novas ferramentas e horários mais flexíveis. Uma tarefa poderá mudar de última hora, encare com bom humor. Na carreira, um projeto de longo prazo ganhará estrutura e reconhecimento. Perspectivas financeiras serão animadoras, o esforço de agora poderá melhorar seus rendimentos. Inclua uma caminhada na rotina.

**Leão (23/07 a 22/08)**
Alegria, criatividade, vitórias e conquistas darão o tom do dia. Com Marte e Júpiter em seu signo, planos de expansão ganharão impulso. Conte com grande carisma e autoconfiança para aumentar sua exposição e expandir sua rede. Um convite inesperado de amigos ou dos filhos poderá mudar a programação e trazer novidades gostosas. Deixe o coração falar mais alto!

**Virgem (23/08 a 22/09)**
A casa e o carinho da família trarão acolhimento. Uma notícia profissional mexerá com a agenda, o dia pedirá flexibilidade para equilibrar trabalho e vida pessoal. Um acordo financeiro ficará mais claro, será bom momento para renegociar uma dívida antiga. Aproveite também para fazer alongamentos, exercícios de relaxamento e restaurar suas energias.

**Libra (23/09 a 22/10)**
Conversas, mensagens e boas notícias movimentarão o dia. Uma viagem ou um curso poderá mudar de data, confira os detalhes antes de confirmar. No casamento ou sociedade, cumprir o que foi combinado fortalecerá a confiança. Com Vênus retrógrado em seu signo, cuidar de você continuará como prioridade. Corte despesas desnecessárias e equilibre as finanças.

**Escorpião (23/10 a 21/11)**
Você poderá ter um ganho extra ou abrir uma nova fonte de renda, valorize seu trabalho. Será bom momento também para renegociar contratos insatisfatórios e melhorar as condições financeiras. Na carreira, seu prestígio continuará crescendo e chamará a atenção de pessoas influentes. Evite decisões sob pressão. Fique de olho nas oportunidades!

**Sagitário (22/11 a 21/12)**
Com a Lua em seu signo, entusiasmo e otimismo voltarão com força. Uma novidade do par ou de trabalho mexerá com a programação, abra espaço para o inesperado. Um romance poderá caminhar para o compromisso, um projeto criativo terá apoio para crescer. Planos de viagem ganharão força, descubra boas opções para movimentar a vida e encerrar um longo ciclo.

**Capricórnio (22/12 a 20/01)**
Desacelere e reserve um tempo para você. A tranquilidade ajudará a compreender sentimentos e encontrar uma saída para um assunto de família. Uma mudança de horário ou uma tarefa inesperada pedirá flexibilidade. Acordos sobre investimentos e recursos compartilhados poderão avançar. Os sonhos trarão inspiração para novos planos.

**Aquário (21/01 a 19/02)**
Amigos e grupos trarão convites e ideias para um projeto. No amor, uma surpresa mexerá com o coração e esquentará o clima. Com Plutão em seu signo, mudanças pessoais ganharão força. Casamento e sociedades seguirão favorecidos, aumente a confiança nas relações e some forças. Uma nova amizade poderá conquistar um lugar especial em sua vida!

**Peixes (20/02 a 20/03)**
Invista na sua imagem profissional. O dia trará oportunidade de um novo trabalho ou de impulsionar a carreira com um projeto ambicioso que terá tudo para dar certo. Uma mudança em casa ou na família entrará em discussão, escute a opinião de todos antes de decidir. Nas finanças, pense a longo prazo e avalie investimentos com calma. Popularidade em alta!

## Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

**11 Qua** — 15° 25° — 3.7mm — Sol com algumas nuvens e chuva passageira. À noite, muitas nuvens mas com tempo firme.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

| Temperatura | Sensação térmi... | Chuva | Umidade do ar |
|---|---|---|---|
| 15° 25° | 13° 26° | 3.7mm 70% de chance | 72% 88% |
| **Vento** | **Rajada de vento** | **Sol** | **Lua** |
| ↙ENE - 13km/h | ↙ENE - 43km/h | 05:40h às 18:54h | Nova |

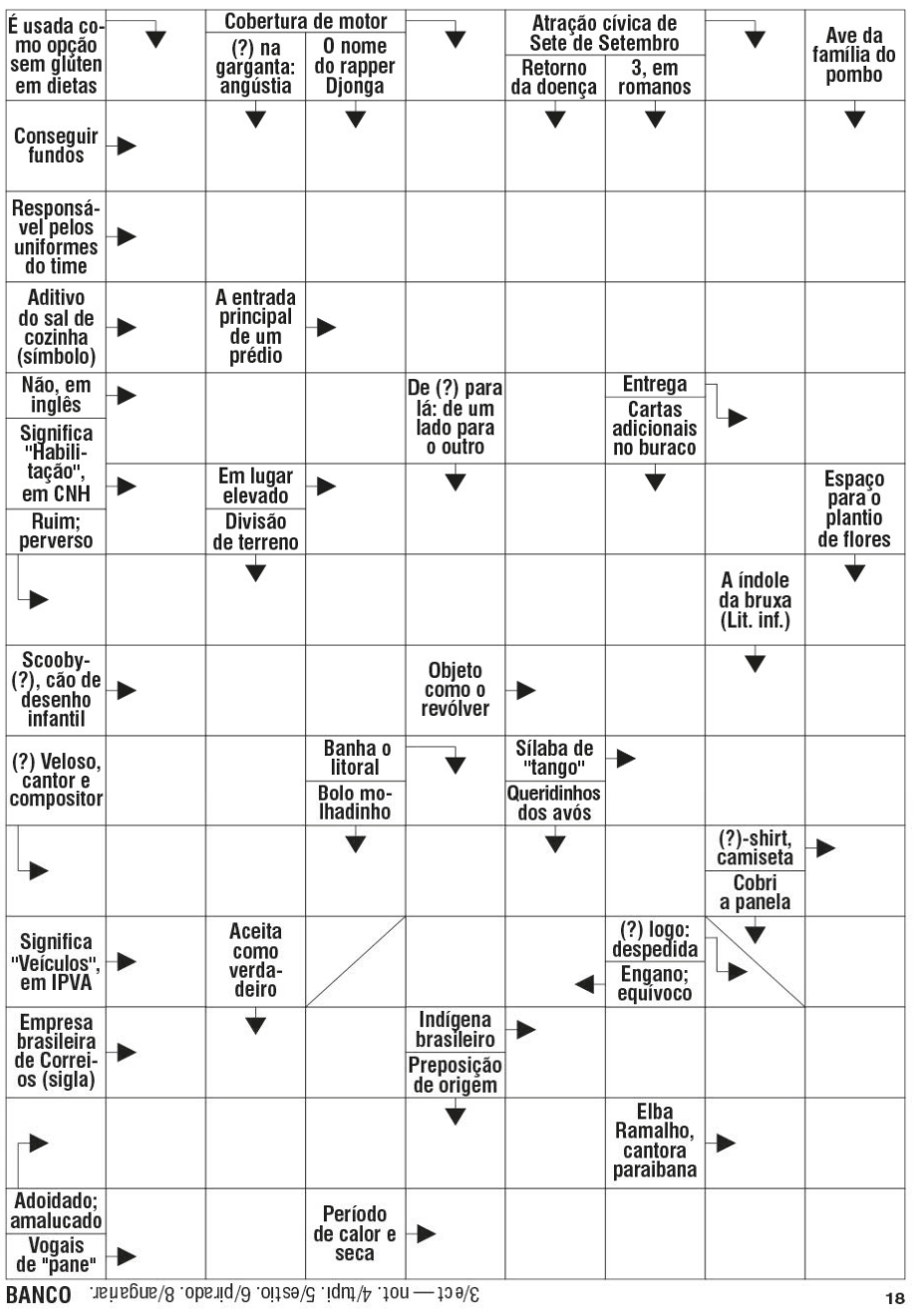
**12 Qui** — 20° 28° — 2.7mm — Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

| Temperatura | Sensação térmi... | Chuva | Umidade do ar |
|---|---|---|---|
| 20° 28° | 21° 30° | 2.7mm 86% de chance | 68% 92% |
| **Vento** | **Rajada de vento** | **Sol** | **Lua** |
| ↙NE - 7km/h | ↙NE - 30km/h | 05:40h às 18:55h | Nova |

## CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



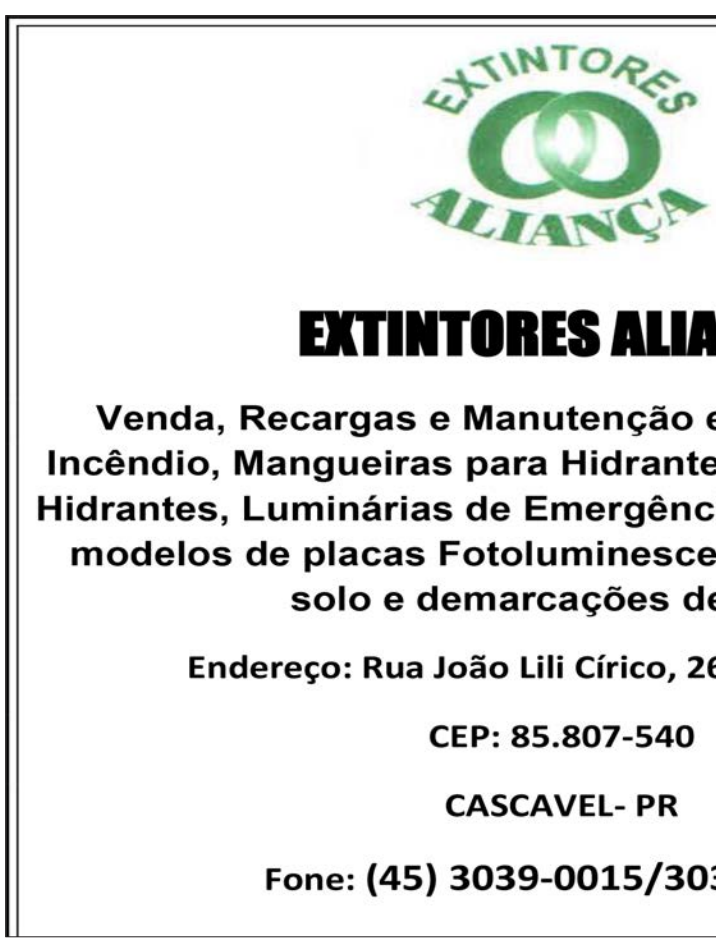

**BANCO** 3/oct — not. 4/tupi. 5/estio. 6/pirado. 8/angariar.

18




**Solução**

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| O | I | T | S | E | | E | A |
| R | E | | O | D | A | R | I | P |
| I | P | U | T | | T | C | E |
| E | T | A | R | E | R | O | V |
| T | | A | N | O | | T | A | C |
| N | A | T | | M | T | E |
| A | M | R | A | | O | O | D |
| C | | O | D | A | V | L | A | M |
| | N | I | M | A | | H |
| D | | A | | A | C | I | A | N |
| A | | | D | | O | T | O | N |
| L | A | C | I | O | C | S | O | I |
| R | A | I | R | E | I | O | P | O | R |
| | A | N | G | A | R | I | A | R |
| | | P | | | C | | | F |















# Opinião

CASCAVEL
**Rua Fortunato Bebber, 868**
*Pacaembú*
**85816-300 – (45)3218-2500**
CURITIBA
**Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108**
*Mercês*
**85851-110 – (41)3338-9191**

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
**Marcos Formighieri**

**E-MAILS**
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
**Classificados** - (45) 3218-2500
**Assinaturas** - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* **Gazeta do Paraná**

## Editorial

# A conta do ICMS

● O governo do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa mais uma proposta de refinanciamento de dívidas de ICMS, oferecendo descontos de até 95% nas multas e 90% nos juros para pagamentos à vista. A medida pode contribuir para recuperar receitas, mas também expõe uma contradição da política tributária estadual: enquanto facilita a regularização de débitos, o Estado mantém uma alíquota geral de 19,5%, superior à praticada por vizinhos como Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A elevada tributação não é uma herança inevitável. Em 2023, o próprio governo Ratinho Junior promoveu o aumento da alíquota geral de 19% para 19,5%, aplicado a partir de março de 2024. A decisão ampliou a arrecadação em um momento de reorganização das receitas estaduais, mas também elevou a carga sobre operações comerciais e serviços alcançados pela alíquota. O peso do imposto acaba repercutindo sobre preços, custos empresariais e capacidade de consumo.

Agora, às vésperas da mudança de governo, a administração estadual apresenta outro programa de regularização. Não se trata de perdoar o imposto principal, mas de reduzir substancialmente os encargos acumulados por contribuintes inadimplentes. A iniciativa tem justificativa econômica: recuperar créditos que poderiam permanecer sem pagamento e evitar que empresas enfrentem dificuldades ainda maiores durante a reforma tributária.

O problema está na repetição dessas medidas. Em 2025, o Paraná já havia instituído o Regulariza Paraná, também com descontos expressivos sobre multas e juros. Quando programas extraordinários passam a ser oferecidos com frequência, surge o risco de estimular a expectativa de futuras renegociações. A política fiscal precisa considerar não apenas o resultado imediato da arrecadação, mas também seus efeitos sobre o comportamento dos contribuintes.

A discussão ganha dimensão política com a chegada de Sergio Moro ao governo. O governador eleito já manifestou a intenção de reduzir gradualmente o ICMS, condicionando a medida ao equilíbrio das contas públicas. A promessa coloca em debate a capacidade do Estado de aliviar a tributação sem comprometer investimentos e serviços essenciais. Também evidencia uma diferença entre a orientação anunciada para a próxima gestão e a decisão de elevar a alíquota adotada pelo governo que se encerra.

O desafio é ainda maior diante da trajetória recente das finanças paranaenses. Embora o Estado mantenha indicadores relevantes de solvência e capacidade de pagamento, registrou déficits primário e orçamentário em 2025, além de redução das disponibilidades de caixa ao longo do segundo mandato. A preservação do equilíbrio fiscal exige, portanto, escolhas que não podem depender exclusivamente da manutenção de uma carga tributária elevada.

É necessário reconhecer que o Paraná também concede benefícios fiscais a determinados setores e regimes, especialmente às pequenas empresas. Entretanto, incentivos específicos não eliminam a necessidade de discutir a alíquota geral nem substituem uma avaliação transparente sobre quem efetivamente suporta o peso dos tributos.

A política tributária deve combinar arrecadação suficiente, previsibilidade e justiça fiscal. Programas de renegociação podem ser instrumentos legítimos, desde que acompanhados de critérios claros e resultados verificáveis. Da mesma forma, eventuais reduções do ICMS precisam apresentar estimativas de impacto e fontes de compensação, sem transformar promessas de alívio tributário em riscos para as contas públicas.

O Paraná precisa discutir não apenas quanto consegue arrecadar, mas como arrecada, de quem cobra e quais consequências suas escolhas produzem sobre a economia. O verdadeiro desafio não está em oferecer descontos periódicos aos devedores, mas em construir um sistema tributário que não dependa de sucessivos programas de regularização para funcionar.

# *Fim da 6x1: o que acontece com as escalas de plantão negociadas pelos sindicatos*

Fabiano
**ZAVANELLA**

**Advogado, doutor em Direito do Trabalho pela USP e presidente da Sobratt*

Em 16 de outubro, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 141, que acaba com a escala 6×1, de seis dias de trabalho para um de folga. A mudança vem em duas etapas. A partir de 16 de dezembro, a jornada máxima cai de 44 para 42 horas semanais e todo trabalhador passa a ter dois dias de descanso remunerado por semana. Em dezembro de 2027, o limite cai para 40 horas. Em nenhum caso o salário pode ser reduzido.

Para boa parte das empresas, a adaptação é trabalhosa, mas fácil de entender: reorganizar a semana em cinco dias de trabalho e dois de folga. Há, porém, setores para os quais a conta é bem mais complicada: aqueles cujo funcionamento não cabe no padrão de segunda a sexta, pela essencialidade do que oferecem à população ou pela forma como a atividade se organiza. É o caso, entre outros, de saúde, segurança, transporte, comércio e abastecimento, limpeza, alimentação e indústria.

### Como funcionam as escalas

Nesses setores, a jornada costuma ser organizada em escalas definidas por negociação coletiva. A convenção coletiva é firmada entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato das empresas e vale para toda a categoria; o acordo coletivo é firmado diretamente entre o sindicato dos trabalhadores e uma empresa. Na 12×36, o empregado trabalha 12 horas e descansa 36. Na 2×2, trabalha dois dias e folga dois. Na 4×4, trabalha quatro e folga quatro.

Nenhuma delas cabe numa semana fixa. Na 2×2 com plantões de 11 horas, por exemplo, há semanas com três plantões, ou 33 horas, e semanas com quatro, ou 44 horas. No mês, porém, a média fica em 38 horas e meia, e o trabalhador folga 15 dias em cada 30. As semanas pesadas são compensadas pelas leves.

Com exceção da 12×36, nenhuma dessas escalas está prevista em lei. Elas existem porque foram negociadas. E, desde 2022, a Justiça do Trabalho vinha aceitando essas cláusulas com base no Tema 1.046 do Supremo Tribunal Federal. Naquele julgamento, o STF decidiu que acordos coletivos podem flexibilizar direitos trabalhistas, desde que respeitem um núcleo mínimo de garantias e levem em conta as necessidades de cada setor. A lógica é que o sindicato, ao negociar em nome de toda a categoria, tem força para fazer concessões em troca de vantagens, o que o trabalhador sozinho não teria. Antes disso, o Tribunal Superior do Trabalho costumava anular cláusulas de escala que ultrapassassem os limites da lei.

### O que a emenda mudou

A emenda trouxe uma regra que passou quase despercebida. O artigo 3º determina que, a partir de 16 de dezembro, deixam de valer as cláusulas coletivas sobre jornada e descanso "incompatíveis" com o novo regime. Ou seja, empresas e sindicatos têm 60 dias para revisar as escalas. Se a cláusula cair, a escala fica sem base: as horas acima do novo limite podem ser cobradas como extras, e a empresa fica exposta a autuações e ações, inclusive coletivas.

Há ainda um segundo prazo. Algumas escalas cabem nas 42 horas, mas não caberão nas 40 de 2027. É o caso da 12×36 noturna: como a lei conta cada 52 minutos e 30 segundos de trabalho noturno como uma hora, o plantão vale mais horas do que as marcadas no relógio, e a média semanal passa de 40.

Isso significa o fim das escalas de plantão? Depende de como os tribunais vão interpretar duas palavras do texto.

A primeira é "excepcionalmente". A emenda permite que acordos coletivos distribuam os dois descansos ao longo do mês, em vez de exigir dois em toda semana, desde que haja pelo menos um por semana. Mas diz que isso só pode ocorrer "excepcionalmente". O juiz Otavio Calvet alertou, aqui nesta ConJur, que a negociação sobre jornada sempre foi a regra, e o advérbio pode ser lido como exceção rara. Exceção para quem? Só para hospitais e indústrias que não podem parar? Conforme a resposta, a mesma escala pode ser válida num hospital e inválida num supermercado.

A segunda é "incompatível", que a emenda não define. Numa leitura restrita, só perde efeito a cláusula que mantém a 6×1. Numa leitura ampla, cai toda cláusula que fuja do padrão semanal, como as semanas de 44 horas da 2×2, mesmo compensadas. Se essa leitura prevalecer, voltaremos ao cenário de antes de 2022, quando o TST anulava escalas de plantão mesmo previstas em acordo coletivo.

### Por que as escalas devem sobreviver

A Constituição sempre confiou à negociação coletiva a tarefa de ajustar jornada e salário à realidade de cada setor. A própria emenda manteve essa possibilidade e criou uma nova, a de distribuir os descansos no mês. Seria contraditório que, no mesmo texto, decidisse acabar com as escalas negociadas.

O "excepcionalmente" não pode ser lido como sinônimo de atividade ininterrupta, nem de atividade que abre todos os dias. Se fosse, ficariam de fora setores importantes, como o comércio, que nem sempre funciona a semana toda, mas é essencial ao abastecimento da população. A exceção deve ser aferida por dois critérios: a essencialidade da atividade ou do setor e a adequação do seu funcionamento, definida pelos sindicatos, que conhecem cada categoria. É o que o STF chamou de adequação setorial negociada. O TST tratou assim a própria 12×36 por mais de uma década: válida "em caráter excepcional", sem exigir prova de emergência.

E a "incompatibilidade" deve ser medida pelo resultado, não pelo formato. A emenda exige que o trabalhador não passe de 40 horas por semana e tenha dois descansos semanais. A 2×2 do exemplo cumpre as duas exigências na média do mês. Se a lei já admite compensar horas ao longo de um ano, não faz sentido proibir isso dentro de um mês. É a posição que sustento no Observatório da 6×1, que publico em minhas redes sociais, onde as principais escalas estão calculadas uma a uma.

Nem todas as escalas se salvam. A 4×2 com plantões de 12 horas soma mais de 51 horas semanais em média, sem compensação possível. A regra é simples: sindicato e empresa escolhem como distribuir as horas; a Constituição define o total.

A lógica vale nos dois sentidos. Para calcular horas extras e adicionais, divide-se o salário mensal por um número fixo de horas, que hoje corresponde às 44 semanais. Há quem defenda que o acordo coletivo possa manter o cálculo do valor da hora com base nas antigas 44 horas, o que reduziria o valor de cada hora em cerca de 10% quando a jornada chegar a 40 horas. Discordo: a redução da jornada agora vem da Constituição, e não de uma troca negociada, e a emenda proíbe também a redução salarial "proporcional". A negociação muda a distribuição, não o valor da hora.

### O que fazer até 16 de dezembro

O caminho mais seguro é revisar as escalas agora: calcular a média semanal de cada uma no mês, considerando o intervalo efetivamente usufruído e a hora noturna, garantir ao menos uma folga por semana e escrever no acordo que horas e descansos serão apurados por mês. Vale registrar por que o setor precisa da escala e o que os trabalhadores recebem em troca, como folgas extras ou adicionais. O STF não exige essa contrapartida, mas ela convence o juiz. Os primeiros anos devem trazer decisões divergentes. A melhor proteção não é abandonar a negociação coletiva. É escrever melhor as cláusulas.

# Política & CIA

## *O vice ganhou*

A ESCOLHA DO FUTURO secretariado de Sergio Moro começou a revelar uma distribuição de poder que vai além das siglas partidárias. Anunciado para comandar a Secretaria de Infraestrutura, o vice-governador eleito Edson Vasconcelos terá uma das pastas mais estratégicas da administração, responsável por obras e investimentos de grande visibilidade. O movimento também resolve uma curiosidade surgida na instalação da equipe de transição: enquanto Darci Piana assumiu papel de coordenação no governo Ratinho Junior, Vasconcelos ficou fora do comando do grupo indicado por Moro. Agora, com a Infraestrutura, o futuro vice ganha espaço próprio na administração. E espaço de peso. Resta saber como será a divisão efetiva de atribuições e decisões orçamentárias. Afinal, na política, uma coisa é receber a chave da secretaria. Outra é controlar o cofre.

### Desconto generoso

O governo Ratinho Junior encaminhou à Assembleia um novo programa de regularização de dívidas de ICMS, com descontos que podem chegar a 95% das multas para contribuintes que quitarem os débitos à vista. A proposta contempla obrigações referentes a fatos geradores até abril deste ano e ainda não inscritas em dívida ativa. A iniciativa pode reforçar a arrecadação antes da troca de governo, mas também reacende uma discussão recorrente sobre justiça tributária. Enquanto o contribuinte que paga rigorosamente em dia não recebe prêmio pela pontualidade, quem acumulou pendências poderá encontrar condições bastante vantajosas para acertar as contas. O governo aposta na recuperação de receitas. A pergunta é quanto dessa conta será efetivamente recuperado.

### Clima ausente

O projeto do novo Código Florestal do Paraná conseguiu uma façanha curiosa. Segundo o deputado Goura, o texto enviado pelo governo Ratinho Junior não menciona uma única vez a palavra "clima". A observação foi feita durante audiência pública realizada nesta terça-feira (10), em meio aos debates sobre os efeitos da crise climática, proteção da vegetação e segurança jurídica. O deputado Artagão Júnior, que participou da elaboração da proposta, defendeu a atualização das regras para garantir segurança a produtores e servidores. Já Hussein Bakri prometeu que nada será feito de forma acelerada. A divergência expõe a disputa entre interesses econômicos e ambientais. Para uma legislação apresentada como modernização, deixar o clima de fora é, no mínimo, uma escolha difícil de explicar.

### Calendário cheio

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia encontrou tempo, nesta terça-feira (10), para analisar uma coleção de homenagens e datas comemorativas. Entre as propostas aprovadas estão a declaração de Curitiba como Capital Estadual da Arrancada, a criação do Dia Estadual da Arrancada e a inclusão do Arraiá do Cincão, de Londrina, no calendário oficial. Também avançaram propostas relacionadas à Festa do Morango, em São José dos Pinhais, e a um evento cultural de Maringá. Todas são iniciativas legítimas dentro da atividade parlamentar, mas o volume de propostas comemorativas contrasta com a quantidade de problemas estruturais que ainda aguardam soluções no Estado. Na Assembleia, pelo menos, o calendário promete continuar movimentado.

### Freio inesperado

Uma proposta que conseguiu reunir parlamentares de praticamente todos os campos políticos acabou retirada da pauta da Assembleia após uma intervenção do Ministério Público do Paraná. Trata-se do PL 561/2024, que institui o Estatuto Paranaense da Pessoa com Síndrome de Down. O MPPR encaminhou um ofício solicitando a suspensão temporária da análise, provocando o adiamento da votação prevista para segunda-feira (9). A lista de autores inclui Flávia Francischini, Delegado Jacovós, Alexandre Curi, Renato Freitas e Arilson Chiorato, entre outros. A articulação suprapartidária não foi suficiente para garantir o avanço da proposta. O motivo específico da intervenção não foi detalhado na divulgação da Assembleia. Por enquanto, o estatuto fica na sala de espera, apesar do apoio político que conseguiu reunir.

### Educação herdada

A futura secretária da Educação, Fátima Gavioli, já confirmou que os colégios cívico-militares continuarão no governo Moro. Também apontou a expansão do ensino integral profissionalizante como motivo decisivo para aceitar o convite. A indicação sinaliza continuidade em uma área que esteve no centro da agenda política de Ratinho Junior. Gavioli promete diálogo com os servidores e estudos sobre a carreira docente, mas terá de conciliar essas expectativas com a manutenção de políticas já implantadas. A mudança de governo, portanto, não significa necessariamente mudança de rumo. Para os professores, a questão é saber se o diálogo anunciado produzirá decisões concretas ou ficará restrito às primeiras entrevistas.

### Obras e impactos

Os grandes empreendimentos no litoral paranaense entraram novamente no radar da Assembleia. Audiência realizada na segunda-feira (9) discutiu os impactos de longo prazo dessas intervenções e a necessidade de medidas compensatórias para comunidades e meio ambiente. O debate interessa diretamente ao próximo governo, que herdará compromissos e decisões relacionados à infraestrutura regional. A discussão é especialmente relevante porque os benefícios econômicos das obras costumam ocupar o centro da propaganda oficial, enquanto seus custos sociais e ambientais exigem acompanhamento prolongado. Construir é uma coisa. Garantir que a população afetada não fique com a conta é outra.

# Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



**•Enquanto nós dormíamos...**
Agenda 21 da ONU/OMS no plano da redução populacional. 2030 – Até lá acabarão com grande parte da humanidade: **AVC *** Miocardite e pericardite *** Coágulos de sangue *** Ataques cardíacos "súbitos" em pessoas jovens, saudáveis e esportistas *** Guillian-Barre *** Paralisia de Bell *** Aborto espontâneo *** Câncer *** Tromboses *** Esterilidade feminina e masculina *** Doenças neurodegenerativas *** Doenças autoimunes *** Morte súbita (o sintoma mais comum). Para quem gosta de saber o que está acontecendo ou o que poderá acontecer, o documentário de Stew Peters, legendado, está dispoivel. **Link original:** https://www.redvoicemedia.com/2022/11/ world-premier-died-suddenly/



**EVA ICLIKOSKI BIGAS** *Arquivo pessoal*



**MIRIAN e PAULO VESSARO** bem casados *Arquivo pessoal*



**CLEIDE PALAORO GRANDI** com sua belezura Nicolly *Arquivo pessoal*

**•Pausa para o cafezinho**
"Sempre pensei que todo mundo tem uma missão. Ninguém vive por viver, nasce por nascer, morre por morrer. Você tem uma missão e deve tentar cumprir tudo o que 'está escrito' da melhor forma possível. Mas a gente não sabe o que está escrito. Temos que tentar adivinhar todo o santo dia. É por isso que existe a intuição: ela nos leva para onde devemos ir. É por isso que a gente deve seguir o que o coração diz: ele sempre está certo." ***(Clarissa Corrêa)***

**•Os espinhos**
Advogados: nem todos são bons profissionais, assim como em todas as demais profissões, existem os que se "destacam" em serem maus.

**•Os espinhos (I)**
É o caso de Maurício Dal Agnol, um advogado de Passo Fundo (RS) que foi condenado a 96 anos de prisão, após ser considerado culpado pelo desvio de R$ 1,5 milhão que deveria ser destinado a seus clientes.

**•Os espinhos (II)**
A condenação é resultado de 18 acusações relacionadas a crimes cometidos em processos envolvendo ex-acionistas da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), privatizada em 2000, vencedores das ações judiciais.
A sentença estipula que ele cumpra sua pena inicialmente em regime fechado

# Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana




pada
@padariagarbin

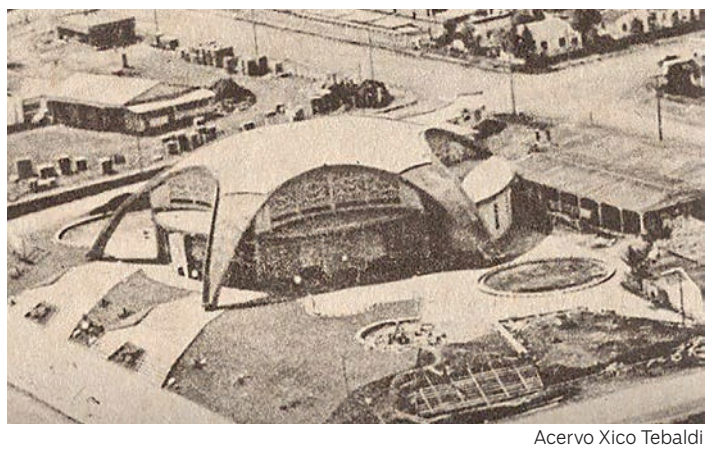



# Saudade Não Tem Idade

## *Cascavel: Igreja São Cristóvão em construção*

NIMAGEM DE 1977 mostra a Igreja São Cristóvão em sua fase final de construção. O templo foi inaugurado no dia 7 de agosto daquele ano. A praça tinha mais paisagens na época, que foi alterada para dar espaço a estacionamentos e as tradicionais apresentações da Semana Santa.

À direita ainda é possível ver a velha igrejinha de madeira e logo atrás o pavilhão.



Acervo Xico Tebaldi

## Catedral Santíssima Trindade em Maringá

OPrimeira igreja construída na área do "Maringá-novo", sendo a precursora da Basílica Menor. Possuiu algumas variáveis ainda em madeira. Foi edificada com somente uma torre. Após um período, vislumbraram uma nova torre.

Era localizado no coração de Maringá, ao lado da atual Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória.



Prefeitura de Maringá

## Pavimentação da Avenida República Argentina em 1952

Na imagem, obras de pavimentação da Avenida República Argentina, em junho de 1952, durante gestão do então prefeito Erasto Gaertner. À época, o uso dos bondes elétricos encontrava-se em acentuado declínio e a linha que ligava o Centro ao Portão foi a última a ser encerrada, ainda no mesmo ano, sendo substituída por ônibus à combustão.




Arquivo Público/Prefeitura de Curiba

## Vista parcial de Umuarama em 1976

Olha só o charme dos carrões da época! Essa bela imagem mostra parte da região central da cidade de Umuarama, no noroeste do Paraná, no ano de 1976.



Biblioteca IBGE

## Ponto Azul em Ponta Grossa – Década de 1850



**Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa** Acervo de Tabajara Macedo / Acervo Ponta Grossa Histórica

Acompanhando o desenvolvimento econômico e urbano de Ponta Grossa, em 1928 a cidade instituiu suas primeiras linhas de ônibus, que levaram os moradores até as três regiões mais populosas: Uvaranas, Nova Rússia e Oficinas. No começo, os locais de embarque e desembarque de passageiros no centro do município ainda não estavam bem definidos, na função das rotas limitadas. Em meados de 1936, no entanto, começava-se a discutir a ampliação das linhas e, para isso, seria necessária uma melhor organização da infraestrutura. Em 1946 Ponta Grossa inaugurou o seu primeiro terminal de passageiros, o "Ponto Azul", localizado na praça Barão do Rio Branco.